

A EDUCAÇÃO PARA AS SEXUALIDADES NOS REFERENCIAIS CURRICULARES DOS ESTADOS DO NORDESTE BRASILEIRO:

Tensões e Repercussões Escolares Pós-BNCC

Francisco Nunes de Sousa Moura¹

Secretaria Municipal de Educação de Crateús

Mariana de Senzi Zancul²

Universidade de Brasília (UnB)

Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba³

Universidade de São Paulo (USP)

Wanderson Diogo Andrade da Silva⁴

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Resumo

Este artigo aborda a educação para as sexualidades nos referenciais curriculares de estados do Nordeste brasileiro, analisando tensões e repercussões pós-implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O objetivo foi investigar como essa temática é tratada na área de Ciências da Natureza, no Ensino Fundamental, nos documentos curriculares estaduais, considerando os impactos de políticas conservadoras e os desafios à inclusão de conteúdos que contemplem a diversidade de gênero e sexualidade. A pesquisa possui abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma análise documental. O corpus foi composto pelos referenciais curriculares dos nove estados nordestinos, obtidos por meio dos portais das respectivas Secretarias de Educação. A análise centrou-se nas habilidades da disciplina escolar Ciências, especialmente no 8º ano, com categorização a priori. Os resultados apontam para uma predominância de abordagens biomédicas da sexualidade, refletindo as limitações da BNCC, que silencia as dimensões socioculturais da sexualidade. Embora haja avanços pontuais, os documentos analisados ainda reproduzem uma lógica cis-heteronormativa, influenciada por discursos conservadores que restringem o debate educacional sobre gênero e sexualidade.

Palavras-chave

Currículo; BNCC; Ensino de Ciências.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: nunes.moura@alu.ufc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8745-5010>.

² Doutora em Alimentos e Nutrição pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0027-8761>. E-mail: marianaib@unb.br.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rodrigo.borba@usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4504-5793>.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: wanderson.andrade@uece.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9583-0845>.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, desde que a obra original seja devidamente citada.

Introdução

As primeiras iniciativas voltadas à educação para as sexualidades⁵ nas escolas brasileiras tiveram origem na década de 1930, no Rio de Janeiro, mas com uma abordagem médico-higienista (Bueno; Ribeiro, 2018). Desde então, este tema tornou-se repleto de tensões, disputas e debates, mesmo a sexualidade constituindo uma característica inata dos seres humanos e de outros animais. Desde a colonização do Brasil, as religiões de matriz judaico-cristã têm buscado intervir, sob uma ótica proibicionista, nas diferentes formas de manifestação da sexualidade humana, compreendendo a sua diversidade como uma ameaça aos princípios e valores morais que dogmaticamente assumem, e a diferença em relação à heteronormatividade como um pecado que deve ser punido.

Esse cenário resultou na criação de “tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais” (Bento, 2011, p. 550), antes mesmo do nascimento das crianças e que marcam suas trajetórias de vida na sociedade, pois são exigidas, culturalmente, que atendam às expectativas sociais que lhes foram impostas desde a identificação do órgão genital durante a gestação e à atribuição de um determinado gênero, o qual deve responder a papéis sociais previamente estabelecidos e corresponder a um padrão identitário também imposto. Os efeitos dessas tecnologias são percebidos nos diferentes espaços da sociedade, mas neste texto chama-se a atenção para as escolas de Educação Básica, dada a sua presencialidade obrigatória na formação socioeducacional da população entre os 4 e 17 anos de idade.

Neste estudo, a década de 1990 é tomada como ponto de partida para a ampliação dessa discussão, quando, por ocasião do Plano Decenal de Educação (1993-2003), firmou-se a obrigatoriedade da elaboração de Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) “capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras” (Brasil, 1997, p. 14). Inicialmente publicados em 1998

⁵ No decorrer da construção deste artigo, os autores realizaram estudos para detecção de melhor termo. A partir disso, concordaram com Xavier Filha (2017) ao adotar o termo “educação para as sexualidades”, com ênfase em abordagens sociocultural, afetiva, política, dentre outros fatores da sexualidade. Assim, diminuem-se as possibilidades de foco em proposições biomédicas e higienistas destes assuntos. Contudo, entende-se que outras nomenclaturas foram adotadas em diferentes períodos históricos ou mesmo circulam na atualidade em nosso país, evidenciando certa disputa no tecido social em torno dos corpos e das sexualidades.

apenas para o Ensino Fundamental, pois o Ensino Médio só passou a ser obrigatório no Brasil em 2013, os PCN eram compostos por dez volumes, sendo três destinados aos chamados temas transversais, assumindo a necessidade de que o trabalho pedagógico sobre determinados assuntos fosse integrado e coerente com a vivência e as relações que ocorrem no ambiente escolar. A orientação sexual integrou um desses temas.

A implementação dos PCN nas escolas brasileiras impulsionou mudanças na forma como professores abordavam determinados conteúdos em suas aulas e, no caso dos temas transversais, possibilitou que debates sociais fossem integrados aos conteúdos curriculares, transformando-se em conhecimentos para os estudantes. No entanto, o avanço do conservadorismo, da extrema direita e do neoliberalismo na sociedade brasileira tem levado ao silenciamento dessa temática nos currículos escolares por governos municipais, estaduais e federal, sob discursos de que a moral e os bons costumes da sociedade brasileira estariam ameaçados pela existência de pessoas sexo-gênero diversas, que não as heterossexuais cisgêneras. Com efeito, o movimento Escola Sem Partido (ESP) é uma das principais manifestações dessa realidade, apresentado como projetos de lei desde 2014 na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, replicando-se nos diferentes municípios e estados do país, apesar de sua inconstitucionalidade.

Todavia, o próprio movimento já nasceu contraditório, pois, por ser uma forma de intervenção no mundo (Freire, 2017), a educação escolar não pode ser neutra. E uma das principais defesas do ESP é o silenciamento da educação para as sexualidades nos planos municipais, estaduais e nacional de educação mediante a supressão dos termos gênero e sexualidade, pois os seus defensores acreditam que, ao se falar sobre este tema nas escolas, os professores promovem uma suposta “ideologia de gênero”, convertendo as sexualidades dos estudantes e incitando as práticas eróticas desde a infância – o que não passa de um despautério e de um ataque ao trabalho docente.

O movimento perdeu forças ao não conseguir êxito nos diferentes planos de educação, mas não se encontra findado, pois suas sementes se espalharam na sociedade, germinando novas frentes de ataques à educação pública, gratuita, de qualidade e laica, e os seus agentes continuam disputando o controle pelos currículos escolares. Como resultado, tem ocorrido um constrangimento do debate sobre gênero

e sexualidade, por exemplo, nas aulas de Ciências, em razão do fundamentalismo religioso que tem sustentado esses ataques (Borba; Andrade; Selles, 2019).

De igual modo, desde o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em 2016, as reformas e políticas educacionais do país têm sido orientadas e interpeladas por essa onda neoconservadora e de negação da diversidade de estudantes e de seus diferentes modos de ser-estar-viver no mundo, produzindo corpos escolarizados a partir de padrões repressivos. Porém, é inegável o reconhecimento de que “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’” (Louro, 2014, p. 81).

Nesse contexto, o Brasil já vivenciava ações de construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica, até então com participação de diferentes agentes sociais, mas que ganhou novos contornos com o *impeachment*, resultando em uma BNCC totalmente distinta da que vinha sendo construída. A versão atual desta Base, gestada no governo Temer, foi concebida de forma antidemocrática, impositiva e sem qualquer diálogo com a comunidade de estudantes, professores, pesquisadores e sociedade civil, subordinando a educação escolar à lógica do capital mediante a aquisição de habilidades e competências por parte de estudantes e professores enquanto métricas do capital para, supostamente, verificar a qualidade educacional de um país (Silva, 2025). Trata-se de uma base que se tornou vazia de conhecimentos, e “por conhecimento entenda-se não apenas os conteúdos de ensino, mas as normas e os valores que também constituem o currículo” (Lopes; Macedo, 2011, p. 31).

A educação para as sexualidades teve sua dimensão sociocultural silenciada na BNCC, apresentando-a apenas sob o viés biológico, não permitindo sua discussão como parte do conteúdo obrigatório da Educação Básica, além de materializar o conflito de grupos pelo controle do currículo, retirando parte do respaldo legal de docentes e escolas que entendem a necessidade de abordar esse conteúdo (Borba; Andrade; Selles, 2019). Nesse contexto, as unidades federativas tiveram que reformular os seus documentos referenciais curriculares para contemplar o conjunto de competências e habilidades, fortemente influenciadas por vieses empresariais, instituídas pela BNCC. Questiona-se, então: quais os reflexos da BNCC nesses documentos quanto à abordagem da educação para as sexualidades nos diferentes currículos dos estados nordestinos?

Conduzido pelo referido questionamento, este estudo buscou investigar e analisar como os documentos referenciais curriculares dos nove estados da região Nordeste do Brasil abordam a educação para as sexualidades na área de Ciências da Natureza para a etapa do Ensino Fundamental. A investigação desse panorama é fundamental para compreender as dinâmicas que moldam a abordagem dessa temática nas escolas e para avaliar como os estados nordestinos têm lidado com esse tema em meio a um cenário político e social ainda tensionado.

Caminhos metodológicos da pesquisa

O presente artigo, de abordagem qualitativa, constitui uma pesquisa documental orientada pelas perspectivas de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009). Nesse sentido, entendemos que os documentos, dentre eles os oficiais que regem as prescrições curriculares, possuem uma história a partir dos seus elaboradores, sendo moldados com base nas suas particularidades históricas, políticas e sociais do período de construção. Assim, a análise documental é relevante para aprofundar os saberes sobre a educação para as sexualidades nos estados do Nordeste, conforme os seus respectivos referenciais curriculares, identificando possibilidades de reversão da cultura preconceituosa e ameaçadora aos diferentes grupos sociais que adentram cotidianamente nas escolas.

Como campo social, foi selecionada a região Nordeste do Brasil por ser a região que lidera os índices de agressividades físicas (homicídios e lesões corporais) à comunidade LGBTQIAPN+, conforme o relatório do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (Brasil, 2023). Diante desse cenário, realizou-se um levantamento dos documentos curriculares referenciais dos nove estados nordestinos: Alagoas (AL), Bahia (BA), Ceará (CE), Maranhão (MA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE). O corpus documental foi acessado por meio de plataformas digitais das Secretarias de Educação de cada estado, garantindo a autenticidade e a confiabilidade das fontes.

Inicialmente, realizou-se a leitura da apresentação da disciplina escolar Ciências em cada documento. Posteriormente, analisou-se o quadro organizador curricular desses documentos em busca de citações explícitas das menções sobre educação para as sexualidades para o Ensino Fundamental. Nesse percurso,

considerou-se as possibilidades de debates sobre identidade de gênero e orientação sexual, tendo o trabalho de Moura e Leite (2019) como base.

A análise interpretativa priorizou a identificação de sentidos atribuídos à sexualidade nos documentos e as possíveis contradições ou lacunas presentes, permitindo captar nuances e implicações das escolhas discursivas e pedagógicas, oferecendo uma visão aprofundada do tema em questão. Logo, os nove documentos foram agrupados a partir de categorias a priori, delimitadas previamente “baseado em semelhanças empíricas entre estas que o leva à generalização e ao estabelecimento de uma categoria” (Sousa; Galiuzzi, 2017, p. 521). Desse processo surgiram duas categorias: “Educação para as sexualidades no 8º ano do Ensino Fundamental” e “Ampliação de abordagens sobre educação para as sexualidades no Ensino Fundamental”, que serão apresentadas e discutidas a seguir.

A Educação para as Sexualidades no 8º ano do Ensino Fundamental

A escolha do 8º ano se justifica pelo interesse de análise inicial das propostas de ensino neste ano escolar ao longo dos documentos estaduais do Nordeste acerca da educação para as sexualidades, que teve foco integral na BNCC em uma de suas unidades temáticas, “vida e evolução”. O Quadro 1 apresenta os principais achados de habilidades no ano escolar em realce, enfatizando as habilidades elencadas no documento de base nacional e as especificidades de cada estado.

Quadro 1 - Habilidades sobre educação para as sexualidades nos estados do Nordeste

Habilidades da BNCC	Estados
(EF08CI07) Comparar diferentes processos reprodutivos em plantas e animais em relação aos mecanismos adaptativos e evolutivos.	Todos os estados da região Nordeste
(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.	
(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).	
(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.	
(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).	
Habilidades específicas	Estados
(EF08CI08BA) Descrever a importância da reprodução sexuada para a variabilidade dos descendentes.	BA
(EF08CI08) Analisar e compreender de forma holística os processos de transição que ocorrem no ser humano, considerando a atuação hormonal, social cultural e a identidade de cada um.	PB

(EF08CI11) Entender as mais variadas dimensões da sexualidade humana seja no âmbito biológico, social, cultural, afetivo ou ético, para que seja possível promover o respeito aos direitos humanos.	
(EF08CI07APE) Identificar as estruturas que compõem o sistema reprodutor masculino e feminino.	PE
(EF08CI07BPE) Reconhecer as mudanças físicas, emocionais e hormonais relacionadas ao amadurecimento sexual dos adolescentes.	
(EF08CI08APE) Compreender o funcionamento do sistema endócrino dando ênfase a diferenciação das funções dos hormônios sexuais femininos e masculinos.	
(EF08CI11PE) Identificar e argumentar sobre as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).	
(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética), respeitando as diferenças entre estas múltiplas dimensões.	PI
(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a formação e atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso que envolve pessoas e sentimentos que precisam ser percebidos e respeitados.	SE
(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) respeitando a diversidade de gênero, de orientação sexual e compreendendo a sexualidade como ampla complexa e íntima.	

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2017), Alagoas (2019), Bahia (2020), Ceará (2019), Maranhão (2019), Paraíba (s/d), Pernambuco (s/d), Piauí (2020), Rio Grande do Norte (2018) e Sergipe (2018).

No 8º ano, percebeu-se que a maioria das habilidades dos referenciais curriculares possui similaridade com as abordagens da BNCC, com predominância biomédica acerca da sexualidade, envolvendo os aspectos dos sistemas reprodutores masculinos e femininos, as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a gravidez na adolescência, como discutido por Moura e Leite (2019) sobre o documento de base. Isso acontece também nas situações de construção das novas habilidades, como é perceptível no bloco das habilidades específicas presentes no Quadro 1.

Em alguns casos aconteceram mudanças particulares nas escritas das habilidades dos documentos estaduais, os quais incidiram em Bahia (2020), Paraíba (s/d), Pernambuco (s/d), Piauí (2020), Rio Grande do Norte (2018) e Sergipe (2018), com alterações dos termos doenças sexualmente transmissíveis (DST) para IST⁶; adição de outros sistemas do corpo humano; diferenciação de processos reprodutivos (sexuada e assexuada), entre outros fatores biológicos/reprodutivistas da educação para as sexualidades.

Os seguimentos majoritários aos ideais da BNCC replicam uma visão neoconservadora tida neste documento, sobretudo no quesito da educação para as

⁶ O Ministério da Saúde diferenciou os termos DST de IST devido à possibilidade de uma pessoa estar infectada e transmitir a infecção sem indicações de sinais ou sintomas. Assim, muitos documentos estão alterando as escritas, sendo perceptível em alguns referenciais curriculares dos estados do Nordeste.

sexualidades, considerada uma temática polêmica e de tabu social. Ademais, pontua-se o histórico de construção limitante deste documento, em que consideraram um grupo de ideias como legítimo, sendo aprovado pelo majoritário número de congressistas apoiadores destas idealizações na época (Peroni; Caetano; Arelaro, 2019).

Para os neoconservadores, a abordagem de temas sobre gênero e sexualidade nas escolas repercute em uma violação dos direitos morais e à luz de ideais cristãos e conservadores. Eles tentam controlar quaisquer medidas consideradas subversivas, comunistas ou revolucionárias, ao passo que ferem os direitos e a individualidade humana (Leão; Leão; Ribeiro, 2024). Neste formato, a BNCC suprimiu as vertentes acerca da identidade de gênero e orientação sexual, os quais continham debates em documentos normativos anteriores (Lemos; Fonte, 2023). Assim, há desafios aos jovens, nos espaços escolares, para que possam se (re)conhecer em suas integralidades (Sartori, 2022).

Não obstante, à medida que estes sujeitos são invisibilizados pelos documentos curriculares, eles sofrem violências (verbal, física, psicológica, dentre outras) e exclusões nos espaços escolares, constituindo vítimas de LGBTfobia (Oliveira; Nóbrega, 2023). Tais espaços podem se tornar hostis e, em consequência, gerar diversos efeitos psicológicos traumáticos e irreversíveis (Grizorti; Leal; Melo, 2024). Contudo, cabe salientar que frente à opressão há processos de resistências desses estudantes nos espaços escolares como uma forma de (sobre)vivência e ampliação da formação educacional (Dal'Igna; Sansone, 2023), o que fortalece os movimentos em defesa ao presente público.

Ao seguir os pressupostos da BNCC, os documentos curriculares do Nordeste replicam, de igual forma, a sua visão neoconservadora sobre este tema. Existe uma ênfase da sexualidade no contexto cis-heteronormativo e um histórico de silenciamento nas escolas acerca das múltiplas dimensões da sexualidade em distintos grupos (Rovai, 2023). Tal realidade é identificada nos escritos da BNCC e reforçada em habilidades específicas dos estados nordestinos, ao evidenciar os sistemas reprodutores masculinos e femininos, bem como aspectos preventivos nas relações sexuais e IST apenas a sujeitos cis-heteronormativos.

Outro ponto notado na BNCC e pouco alterado nos referenciais curriculares analisados consiste nos escritos da habilidade EF08CI11 do Quadro 1, o que Moura

e Leite (2019) consideram como uma forma para seleção de argumentos que podem colaborar no respeito às múltiplas dimensões da sexualidade, e não como construção de conhecimentos próprios. No entanto, ainda que se mude os verbos em alguns escritos estaduais desta habilidade, como “entender”, “identificar” e/ou “argumentar”, as suas finalidades não estão direcionadas aos sujeitos escolares.

As prerrogativas anteriores são notórias nos documentos estaduais da Paraíba (s/d) e Piauí (2020), os quais descrevem as dimensões da sexualidade humana apenas com a finalidade de promoção do respeito aos direitos humanos. Adicionalmente, o referencial de Sergipe (2018) foi o único que inseriu uma compreensão de sexualidade como ampla, complexa e íntima. Essa dualidade nos documentos estaduais demarca diferenças na abordagem deste tema, em que deixa de ser apenas para respeito às suas múltiplas facetas, incorporando também o autoconhecimento e autoidentificação. Este fator, segundo Foucault (1988), contribui para a internalização das variadas formas de expressão da orientação sexual e identidade de gênero sem se fixar a um modelo de comportamento humano.

Apesar de os estados nordestinos conterem diversas abordagens da educação para as sexualidades, apenas Sergipe (2018) amplia as vertentes desses assuntos para própria identificação no 8º ano. Tal vertente também é vista em outra habilidade do documento da Paraíba (s/d). Este formato de ensino altera as perspectivas, de igual modo, do ensino de Ciências, que passa a adentrar nos aspectos socioculturais e afetivos dos estudantes em um processo de resistência às políticas neoliberais (Silva, 2023).

Cabe salientar que a inquietação incide também nos anos escolares dessas ofertas de assuntos. Ao se observar as proposições da BNCC, conforme Moura e Leite (2019), a educação para as sexualidades não é indicada como tema transversal, possuindo ênfase apenas no 8º ano, e diante dos referenciais curriculares pouco se altera aos documentos de base, observando-se tímidas alterações nas habilidades de dois estados do Nordeste. Dessa maneira, precisa-se de análises mais profundas acerca das descrições das habilidades e possibilidades de mais educação para as sexualidades no Ensino Fundamental, o que será enfatizado a seguir.

Ampliação de Abordagens sobre Educação para as Sexualidades no Ensino Fundamental

A partir do documento da Base e da construção coletiva dos referenciais curriculares de cada estado, pelas representações locais, é possível realizar organizações, contemplando as especificidades dos territórios de abrangência. Na presente situação existe a possibilidade da construção de novas habilidades para o respectivo estado e/ou as suas descrições, o que pode contemplar e especificar mais os assuntos de educação para as sexualidades. Diante deste cenário, notou-se casos da produção de novas habilidades nos referenciais da Bahia (2020), Pernambuco (s/d) e Piauí (2020); construção de propostas pedagógicas em Alagoas (2019), Maranhão (2019) e Paraíba (s/d); ou realizaram as duas etapas, tais como no Ceará (2019), Rio Grande do Norte (2018) e Sergipe (2018).

Ao afunilar sobre a temática educação para as sexualidades, na disciplina de Ciências em outros anos escolares, percebeu-se ênfase apenas nos documentos estaduais de Ceará (2019), Paraíba (s/d) e Rio Grande do Norte (2018), com elaboração de novas habilidades ou especificações temáticas, conforme o Quadro 2. Em alguns referenciais curriculares observam-se nomenclaturas distintas, como “sugestões didáticas”, “objetos específicos”, dentre outras. Portanto, para melhor atender estas propostas, optou-se por denominar como “informações complementares”.

Quadro 2 - A educação para as sexualidades em demais anos escolares

Ano	Unidade Temática	Habilidades	Informações Complementares	Estado
1º	Vida e Evolução	(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo a diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.	Importância do respeito da diversidade étnica, cultural, social e de gênero para formação de uma sociedade inclusiva. Respeito a pessoas com deficiência	CE
1º	Vida e Evolução	(EF01CI04) Comparar características físicas entre os colegas, reconhecendo diversidade e a importância da valorização, do acolhimento e do respeito às diferenças.	Identificar as principais características físicas do próprio corpo e comparar com as de pessoas próximas, como familiares, colegas; Reconhecer as diferenças existentes entre os corpos de maneira respeitosa e acolhedora;	PB

			Diferenciar e reconhecer as características dos corpos masculinos e femininos.	
7º	Vida e Evolução	(EF07CI17RN) Relacionar as mudanças fisiológicas e anatômicas do corpo e comportamento de meninos e meninas, durante a puberdade, com respeito às diferenças individuais.	A partir da letra da música “Tem pouca diferença” (Pandeiro, Jackson. <i>Os Grandes da MPB</i> . PoliGram, 1998. 1 CD. Faixa 5) trabalhar as diferenças entre o corpo feminino e o masculino. Propor o uso de massa de modelar pra representar os órgãos. Pedir aos alunos que confeccionem desenhos do aparelho reprodutor feminino e do masculino e indiquem as funções de cada órgão a fim de encontrar semelhanças e diferenças anatômicas e fisiológicas. Promover uma roda de conversa sobre a puberdade e suas implicações na vida dos jovens.	RN
7º	Vida e Evolução	(EF07CI18RN) Identificar os limites e potencialidades do próprio corpo, tendo em vista o desenvolvimento da autoestima e autocuidado.	Montar um <i>blog</i> com os alunos que fale acerca dos aspectos que envolvem a puberdade e a sexualidade humana.	

Fonte: Elaborado a partir de Brasil (2017), Ceará (2019), Paraíba (s/d), Rio Grande do Norte (2018).

A partir do Quadro 2, visualizou-se que apenas três documentos, dos nove estados nordestinos, mencionaram temas sobre educação para as sexualidades nos demais anos escolares, sendo que o Ceará (2019) e a Paraíba (s/d) enfatizaram nos anos iniciais, ao passo que o Rio Grande do Norte (2018) contemplou nos anos finais. Ainda que as abordagens aconteçam apenas em um ano escolar em cada estado, a temática de gênero e sexualidade esteve em pauta, sendo um processo importante na vida das crianças para construção de uma sociedade justa e respeitosa, na qual não haja um grupo de sujeitos normalizados, enquanto outros são marginalizados (Louro, 2001).

As crianças, desde o início de escolarização, devem estar imersas em situações que quebrem os estereótipos culturais das representações padronizadas de meninos e meninas na sociedade, sendo a escola um espaço da ruptura de pensamentos e atitudes equivocadas, muitas vezes replicadas pelas famílias (Riva; Petrenas, 2022). Entretanto, é preciso avanços nas políticas públicas e na formação docente para a efetiva inclusão desta temática nas escolas, pois como território de disputas, tais espaços podem reforçar a legitimação de comportamentos cis-heteronormativos como corretos (Costa, 2024). Assim posto, o silenciamento docente

e falta de posicionamento se caracterizam como ação pedagógica disciplinadora e de naturalização destes comportamentos, ou seja, também ensinam (Nicolino; Paraíso, 2018).

No referencial da Paraíba (s/d), a abordagem se deu na diferenciação, respeito e acolhimento aos distintos corpos das pessoas, em suas características masculinas e femininas. Ainda que haja um foco na desmitificação dos papéis sociais de distintos gêneros, é necessário que essas perspectivas de educação para as sexualidades possam ser ampliadas, reconhecendo as múltiplas facetas dos corpos, as quais não se resumem aos órgãos sexuais (Souza; Dornelles; Meyer, 2021). Com isso, é possível inferir, a partir das particularidades desta habilidade e das suas construções de respeito e acolhimento, que estes corpos possuem perspectiva histórico-cultural, podendo expressar da forma que desejam e com segurança acerca da identidade de gênero e orientação sexual (Dinis; Asinelli-Luz, 2007), as quais não podem ficar externas aos muros das escolas.

Nas proposições do Rio Grande do Norte (2018), viu-se a sugestão de vários recursos didáticos. Ao analisá-los, percebeu-se ênfase nos órgãos masculino e feminino, os quais não correspondem a amplitude da sexualidade. Essas amplitudes fazem parte da integralidade da vida dos estudantes, que exigem tais abordagens. Por exemplo, na experiência descrita por Moura *et al.* (2020), o ensino consistia nos métodos contraceptivos, IST e gravidez na adolescência, mas os estudantes abordaram outras vertentes que envolvem os estereótipos masculinos e femininos na sociedade. Isso demonstra que não há como dissociar tais temáticas, abordando apenas uma perspectiva de assunto, isto é, requer uma representação sociocultural dos corpos e não apenas biomédica. Vale ressaltar que, pelo menos no campo acadêmico, já é bem consolidada a discussão sobre a necessária abordagem plural dos corpos humanos que problematizem concepções pasteurizadas e reprodutoras de padrões sociobioculturais historicamente construídos e alicerçados em lógicas preconceituosas, racistas e cis-heteronormativas (Macedo, 2005; Vilela; Selles, 2015; Tavares; Chaves, 2015; Selles; Ayres; Benvenuto, 2021).

A sensibilização para mudanças comportamentais de uma sociedade patriarcal foi vista no 1º ano do Ensino Fundamental do documento estadual do Ceará (2019). Nesses escritos, conforme o Quadro 2, observou-se a instigação aos estudantes para o respeito à diversidade de gênero. Contudo, não existe especificação se incide ao

masculino e feminino ou todo contexto abordado acerca da identidade de gênero. Assim, caberá aos sistemas de ensino e aos docentes as decisões para as formas de tratamento da temática.

No cenário do Quadro 2, observou-se ampliações de anos escolares dos assuntos de educação para as sexualidades na disciplina de Ciências do Ensino Fundamental. Entretanto, notou-se que essas ampliações aconteceram de forma mínima, atendendo apenas dois distintos anos escolares e três documentos estaduais nordestinos, o que é preciso ponderação pelos seus elaboradores, pois diante de um documento neoconservador de base nacional, os seus discursos podem transcender essas limitações. Diante das limitações em documentos orientadores, as escolas, a partir de suas autonomias de produção curricular, devem se tornar espaços de acolhimento e respeito às múltiplas expressões humanas de gênero e sexualidade (Cassiano; Zimmermann, 2023).

Outrossim, no contexto da BNCC houve o suprimimento de termos que envolvem a educação para as sexualidades, a exemplo da palavra “gênero”, utilizada apenas na disciplina de Língua Portuguesa para referência textual (Souza Junior, 2018; Xavier; Dias, 2023). Conforme os autores, isso demonstra a falta de compromisso do documento com a formação cidadã e é o reflexo da sua terceira versão, aprovada por um grupo fundamentalista/tradicionista na bancada do Congresso Nacional. Por outro lado, percebeu-se a inserção deste termo nos referenciais estaduais de Sergipe (2018), Quadro 1, e Ceará (2019), Quadro 2.

Importa salientar que durante a produção deste artigo (em 2024/2025), o Brasil possui um governo de valorização das múltiplas representatividades para dar vez e voz às distintas formas de manifestação de gênero e sexualidade, mas sofre com os resquícios de políticas públicas e documentos normativos aprovados em gestões anteriores, as quais apoiavam o Projeto Escola Sem Partido e discursos de padronização dos gêneros masculinos e femininos, como aconteceu na fala sexista de que “*menino veste azul e menina veste rosa*”, propagado pela ex-ministra do Ministério da Mulher do governo Bolsonaro, na qual reconheceu que “*o Estado é laico, mas a ministra é terrivelmente cristã*”, em seu discurso de posse, no ano de 2019.

As reflexões descritas são importantes para melhor compreender a produção da BNCC e suas influências na construção dos documentos estaduais em âmbito político. Embora ela tenha sido aprovada em 2017, no governo de Michel Temer,

ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), as suas prerrogativas foram ao encontro do governo posterior. Desta maneira, percebeu-se uma majoritariedade de pensamentos comuns para favorecer a cis-heteronormatividade nos documentos normativos, que é replicada nos referenciais curriculares estaduais, os quais, em alguns casos, fogem timidamente dessas propostas.

É relevante enfatizar que apesar da vitória, em 2022, do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), sob o antigo presidente Jair Bolsonaro, ligado ao Partido Liberal (PL), por aproximadamente 2,1 milhões de votos (diferença entre 50,9% e 49,1% dos votos válidos), existe uma grande quantidade de apoiadores do neoconservadorismo, representando até mesmo as bancadas legislativas do Brasil, que podem reforçar os discursos presentes na BNCC e buscar legitimação dos referenciais curriculares estaduais. Isso é preocupante, pois como apontam Maranhão e Franco (2019), não será possível ter uma sociedade emancipatória, inclusiva e democrática com uma premissa terrivelmente conservadora e cristã.

Diante de todos os aspectos aqui discutidos, é evidente que a educação para as sexualidades nas escolas nordestinas ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que tange à superação de discursos conservadores e à construção de espaços verdadeiramente inclusivos. Para avançar nesse sentido, é imprescindível que o ambiente escolar seja um local de valorização das diversidades, onde o respeito às múltiplas formas de ser e de se expressar seja promovido de maneira contínua.

Considerações Finais

A discussão acerca da educação para as sexualidades no âmbito escolar evidencia a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas para o respeito às diversidades de gênero e sexualidade, com foco no reconhecimento e na valorização das diferenças entre os corpos para o enfrentamento de discursos e ações que desumanizam aqueles que não se enquadram na norma cis-heteronormativa. Para isso, é essencial problematizar a construção histórica dos conceitos de “sexo biológico”, “gênero” e de “sexualidade” (Laqueur, 2001), bem como as produções discursivas que as reforçam, especialmente por meio de estereótipos que ora valorizam a norma, ora precarizam as condições de ser e de se (sobre)viver de quem dela evade (Seffner; Parker, 2016).

Apesar de avanços pontuais em alguns referenciais curriculares estaduais do Nordeste, ainda há limitações expressivas, sobretudo devido às influências de discursos conservadores que buscam reforçar uma visão cis-heteronormativa e excludente do tema. O contexto político e social brasileiro, marcado por disputas ideológicas, reflete diretamente na forma como essas temáticas são incorporadas (ou ignoradas) nos documentos normativos e no cotidiano das escolas, impactando na formação socioeducacional dos estudantes, reforçando achados presentes em outros estudos, como os de Souza e Souza (2021), Gonçalves e Borba (2022) e Moura (2025).

Para superar essas barreiras, torna-se fundamental promover uma formação docente que permita que os professores abordem essas questões de maneira inclusiva e crítica, bem como fomentar políticas educacionais que assegurem a integralidade da educação para as sexualidades. Somente assim será possível transformar a escola em um espaço acolhedor e emancipatório, comprometido com a construção de uma sociedade plural, democrática e pautada no respeito às diferentes formas de ser e existir. Esse esforço deve ser coletivo, envolvendo governos, professores, famílias e a própria comunidade escolar, a fim de garantir que a educação para as sexualidades contribua, de fato, para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e comprometidos com a equidade e a justiça social.

Apesar de documentos como a BNCC, espelhado pelos currículos estaduais nordestinos, buscarem um apagamento da educação para as sexualidades, não se pode deixar de fora desse debate o fato de que há cotidianas microrrevoluções no chão da escola, quando os professores buscam se opor à abordagem meramente biológica da sexualidade humana, compreendendo-a como ampla, plural, mas também singular, e que não há nada de errado em ser quem se é por dentro de verdade. Ações assim têm permitido que crianças e adolescentes conheçam os seus corpos e denunciem as violações a que são submetidos cotidianamente.

Referências

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular de Alagoas**. Maceió: SEDUC, 2019.

BAHIA. Secretaria da Educação. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Salvador: SEDUC, 2020.



BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 548-559, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbGQhLQks/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14 de julho de 2024.

BORBA, Rodrigo Cerqueira do Nascimento; ANDRADE, Maria Carolina Pires de; SELLES, Sandra Escovedo. Ensino de Ciências e Biologia e o cenário de restauração conservadora no Brasil: inquietações e reflexões. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 144-162, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12957/riae.2019.44845>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/44845>. 16 de agosto de 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 5 de abril de 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 49-56, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v29i1.41>. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

CASSIANO, Fernando Henrique; ZIMMERMANN, Tania. O diálogo acerca das diversidades de gênero e de sexualidades no currículo das escolas públicas. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 1, p. 37-57, 2023. Disponível em: <https://revistas.ceeinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/561/562>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. **Documento Curricular Referencial do Ceará – Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Fortaleza: SEDUC, 2019.

COSTA, Breno Rafael. **Processo de escolarização e sua relação com o suicídio de jovens LGBT**. 2024. 188f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41390>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; SANSONE, Ruan Carlos. Vidas queer na escola: violências e resistências. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 11, n. 1, p. 47-68, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v11i1.15442>. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/15442>. Acesso em: 13 de março de 2024.

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 30, p. 77-87, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602007000200006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/RXsBPyNNmD3fTJx45x5wBxm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 de setembro de 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1988.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55. ed. Rio de Janeiro, 2017.

GONÇALVES, Erika; BORBA, Rodrigo Cerqueira Nascimento. Educação sexual em tempos pandêmicos: analisando narrativas docentes e experiências curriculares na docência em Ciências e Biologia. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v15i3.64633>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/64633>. Acesso em: 12 de março de 2025.

GRIZORTI, Wagner; LEAL, Marcia da Luz; MELO, Thiago Benitez. Os impactos psicológicos do bullying na rede escolar de ensino médio em alunos LGBT+. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, Fortaleza, v. 6, p. 1-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v6.e10977>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/10977>. Acesso em: 20 de abril de 2025.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

LEÃO, Adriana Marques de Castro; LEÃO, Andreza Marques de Castro; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Historicização da educação sexual no Brasil pós PNE e BNCC: Entre embates e possibilidades. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 25, p. 1-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v25i00.18581>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/18581>. Acesso em: 17 de março de 2025.

LEMOS, Cilésia; FONTE, Sandra Soares Della. Traduções das disputas sobre a questão de gênero na BNCC. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 1-22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15687/rec.v16i1.65939>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/65939>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guaciara Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 9, p. 541-553, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVktT9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de abril de 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACEDO, Elizabeth. Esse corpo das ciências é o meu? *In*: MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Márcia Serra; AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues de (org.). **Ensino de Biologia**: conhecimentos e valores em disputa. Niterói: EdUFF, 2005. p. 131-140.

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; FRANCO, Clarissa. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: as ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 12, n. 35, p. 297-337, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v12i35.48106>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/48106>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Documento Curricular do Território Maranhense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. São Luís: SEDUC, 2019.

MOURA, Francisco Nunes de Sousa. Possibilidades interdisciplinares da educação para as sexualidades no Documento Curricular Referencial do Ceará. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 1-19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.52521/enpe.v6i1.14784>. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/14784>. Acesso em: 15 de março de 2025.

MOURA, Francisco Nunes de Sousa; LEITE, Raquel Crosara Maia. O conservadorismo e a formação cidadã: a abordagem da Sexualidade no Ensino Fundamental diante do discurso em documentos oficiais. **Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 24, n. 3, p. 61-77, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18316/recc.v24i3.5468>. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5468>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

MOURA, Francisco Nunes Sousa; MOTA, Francisca Daniela Lira; ROSA, Lucas Diogo; ARAUJO, Olivio Soares; MENEZES, Jones Baroni Ferreira. Educação sexual para adolescentes: infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos em foco. **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista**, Santo Ângelo, v. 10, n. 3, p. 89-99, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31512/encitec.v10i3.2799>. Disponível em: <https://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/encitec/article/view/2799>. Acesso em: 16 de outubro de 2024.

NICOLINO, Aline Silva; PARAÍSO, Marlucy Alves. Escolarização da sexualidade: o silêncio como prática pedagógica da Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 93-106, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.72058>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/pDvK4z5Pc6wScdhMnt6pNGS/?lang=pt>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

em: 14 de outubro de 2024.

OLIVEIRA, Kelvi da Silva; NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. “Ser estranho” em formação: os desafios enfrentados por sujeitos LGBTQs em escola da educação básica no norte baiano. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 16, n. 46, p. 363-384, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10022559>. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/2379>. Acesso em: 15 de março de 2025.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação e da Ciência. **Proposta Curricular do Estado da Paraíba – Educação Infantil e Ensino Fundamental**. João Pessoa: SEDUC, s/d.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco – Ensino Fundamental**. Recife: SEDUC, s/d.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete Regina Gomes. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 1, p. 35-56, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol1n12019.93094>. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932019000100035. Acesso em: 13 de outubro de 2024.

PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do Piauí: um marco para educação do nosso estado – Educação Infantil, Ensino Fundamental**. Teresina: SEDUC, 2020.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado da Educação e da Cultura. **Documento Curricular do Estado do Rio Grande do Norte – ensino fundamental**. Natal: SEDUC, 2018.

RIVA, Geniffer Gabriela; PETRENAS, Rita Cássia. Sexualidade e gênero nas brincadeiras na educação infantil: discutindo a igualdade e respeito às diferenças. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 10, n. 2, p. 341-366, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v10i2.14086>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/14086>. Acesso em: 10 de março de 2025.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O silenciamento de gênero: a palavra que subverte. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 43, n. 94, p. 17-39, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n94-03>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/9jRWH4rYZ9N9GStHX6nNnsS/?lang=pt>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2025.

SARTORI, Thiago Luiz. Análise da educação brasileira em face ao estudo da sexualidade: marginalização da educação sexual na BNCC. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 23, p. 1-12, 2022. DOI: <https://doi.org/10.30715/doxa.v23i00.15558>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/15558>. Acesso em: 04 de novembro de 2024.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351/pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2025.

SEFFNER, Fernando; PARKER, Richard. Desperdício da experiência e precarização da vida: momento político contemporâneo da resposta brasileira à AIDS. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 293-304, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0459>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/MTZ5T7N97xXVjcGX5qxWsPh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

SELLES, Sandra Escovedo; AYRES, Ana Cléa; BENVENUTO, Fabiana. O corpo negro não tem nome: enfrentando o racismo no currículo de Ciências. **Cadernos Cimeac**, Uberaba, v. 11, n. 1, p. 192-219, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18554/cimeac.v11i1.5275>. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/5275>. Acesso em: 15 de março de 2025.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo de Sergipe – Educação Infantil e Ensino Fundamental**. São Cristóvão: SEDUC, 2018.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira. Experiências vividas de gênero, sexualidades e raça em um curso de extensão sobre educação antirracista. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 19, n. 1, p. 1-18, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.19.21834.031>. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/pt_BR/article/view/21834. Acesso em: 12 de maio de 2025.

SILVA, Wanderson Diogo Andrade da. Educar para a cidadania entre competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular: ampliando horizontes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, e55354, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-469855354>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/rvCcmvcRspQYdhQZD9MzWJt/?lang=pt>. Acesso em: 12 de maio de 2025.

SOUSA, Robson Simplicio de; GALIAZZI, Maria do Carmo. A categoria na análise textual discursiva: sobre método e sistema em direção à abertura interpretativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 514-538, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/130>. Acesso em: 14 de setembro de 2024.

SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto. A Questão de Gênero, Sexualidade e Orientação Sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Movimento LGBTTQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018. DOI: https://doi.org/10.26668/2525-9849/Index_Law_Journals/2018.v4i1.3924. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/3924/pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

SOUZA, Elaine de Jesus; DORNELLES, Priscila Gomes; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Corpos que desassossegam o currículo de biologia:(des) classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 278-300, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i1p278-300>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44664>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

SOUZA, Laís Machado; SOUZA, Marcos Lopes. “Parece que é normal conviver com uma pessoa que tem HIV”: discursos de professoras da área de ciências naturais sobre as relações afetivo-sexuais entre casais sorodiscordantes. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 97–113, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46667/renbio.v14i1.558>. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/558>. Acesso em: 21 de outubro de 2024

TAVARES, Geórgia de Sousa; CHAVES, Sílvia Nogueira. Este corpo é meu? Corpos humanos nas/das ciências. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 8, p. 89-98, 2015. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v0i0.3975>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/3975>. Acesso em: 08 de setembro de 2024.

VILELA, Mariana Lima; SELLES, Sandra Escovedo. Corpo humano e saúde nos currículos escolares: quando as abordagens socioculturais interpelam a hegemonia biomédica e higienista. **Bio-grafia: escritos sobre la biología y su enseñanza**, Bogotá, v. 8, n. 16, p. 113-121, 2015. DOI: <https://doi.org/10.17227/20271034.vol.8num.15bio-grafia112.121>. Disponível em: <https://revistas.upn.edu.co/index.php/bio-grafia/article/view/4247>. Acesso em: 10 de março de 2025.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a(s) sexualidade(s): carregar água na peneira?. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 16-39, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v5i2.7865>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/7865>. Acesso em: 01 de setembro de 2024.

XAVIER, Mariana Nô; DIAS, Viviane Borges. Gênero e sexualidade no ensino de Ciências e Biologia: uma análise da BNCC. **Com a Palavra, o Professor**, Vitória da Conquista, v. 8, n. 21, p. 107-130, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23864/cpp.v8i21.807>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/cpp/article/view/18041>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

SEXUALITY EDUCATION IN THE CURRICULAR FRAMEWORKS OF THE NORTHEASTERN BRAZILIAN STATES:

Tensions and School Repercussions Following the BNCC

Abstract

This article addresses sexuality education in the curricular frameworks of states in the Brazilian Northeast, analyzing tensions and repercussions after the implementation of the National Common Curricular Base (BNCC). The objective was to investigate how this topic is addressed in the area of Natural Sciences, in Elementary Education, in state curricular documents, considering the impacts of conservative policies and the challenges to the inclusion of content that contemplates gender and sexuality diversity. The research has a qualitative approach and is characterized as a documentary analysis. The corpus was composed of the curricular frameworks of the nine Northeastern states, obtained through the portals of the respective Education Departments. The analysis focused on the skills of the school subject Science, especially in the 8th grade, with a priori categorization. The results point to a predominance of biomedical approaches to sexuality, reflecting the limitations of the BNCC, which silences the sociocultural dimensions of sexuality. Although there are specific advances, the documents analyzed still reproduce a cis-heteronormative logic, influenced by conservative discourses that restrict the educational debate on gender and sexuality.

Keywords

Curriculum; BNCC; Science teaching.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Contribuições das pessoas autoras: Todos os autores colaboraram com a escrita do rascunho original; coleta e curadoria de dados; análise de dados; escrita, edição e revisão do manuscrito.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação: Não se aplica.

Conflito de interesses: Inexistência de conflito de interesse.

Declaração de utilização de Inteligência Artificial: Inexistência de utilização de ferramenta de IA.

Pessoa autora correspondente: Francisco Nunes de Sousa Moura; Secretaria Municipal de Educação de Crateús; nunes.moura@alu.ufc.br; Crateús/Ceará/Brasil.

Recebido em: 31/05/2025

Aceito em: 22/02/2026